

RELATÓRIO DE AUDITORIA

MANEJO FLORESTAL – PRINCÍPIOS, CRITÉRIOS E
INDICADORES PARA PLANTAÇÕES FLORESTAIS.
PADRÃO NORMATIVO: NBR 14.789: 2012 - CERFLOR

AUDITORIA DE CERTIFICAÇÃO/ MANUTENÇÃO

Geraldo Jose Van Leeuwen

ESCOPO DE CERTIFICAÇÃO:

MANEJO DE FLORESTAS PLANTADAS DE EUCALIPTO NOS SEGUINTE
MUNICÍPIOS: *Ipuiuna e Espírito Santo Dourado, MG*

Data da Auditoria: 11 a 13/06/2018

Auditor Líder: Maria Augusta Godoy

Bureau Veritas Certification

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4o andar.

SÃO PAULO/SP



SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	2
RESUMO	4
1. INFORMAÇÕES GERAIS.....	5
1.1. Histórico da organização	5
1.2. Contatos na Organização para o processo de Certificação.....	5
1.3. Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas	5
1.4. Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais.....	6
2. Manejo Florestal	7
2.1. Características Regionais.....	Erro! Indicador não definido.
2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes.....	Erro! Indicador não definido.
2.1.2. Geologia	Erro! Indicador não definido.
2.1.3. Clima.....	Erro! Indicador não definido.
2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis.....	Erro! Indicador não definido.
2.1.5. Identificação de Vestígios Arqueológicos e Paleontológicos	Erro! Indicador não definido.
2.1.6. Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário	Erro! Indicador não definido.
2.1.7. Perfil e Condições Sócio-econômicas das Áreas adjacentes.....	Erro! Indicador não definido.
2.2. Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento	Erro! Indicador não definido.
3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	10
3.1. Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação	10
3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação.....	11
3.3. Responsável pelo OCF	12
3.4. Descrição do Processo de Auditoria.....	12
3.4.1. Definição da Equipe de Auditoria	13
3.4.2. Planejamento de Reuniões Públicas	Erro! Indicador não definido.



3.4.3.	Planejamento e Realização da Auditoria	13
3.5.	Relatório Detalhado	14
3.5.1.	Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal	14
3.5.2.	Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria.....	Erro! Indicador não definido.
3.5.3.	Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:	Erro! Indicador não definido.
3.6.	Não Conformidades Registradas.....	30
3.7.	Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas.....	30
4.2.	Reuniões Públicas.....	Erro! Indicador não definido.
4.2.1.	Planejamento, Objetivo e Realização de Reuniões Públicas.....	Erro! Indicador não definido.
4.2.2.	Entidades e pessoas contatadas	Erro! Indicador não definido.
4.2.3.	Relação dos Participantes nas Reuniões Públicas.....	Erro! Indicador não definido.
4.2.4.	Respostas aos Questionamentos de Partes Interessadas por parte da Empresa e parecer Bureau Veritas Certification.....	Erro! Indicador não definido.
A.	AUDITORIA DE FOLLOW-UP	Erro! Indicador não definido.
A.1.	Informações Gerais	Erro! Indicador não definido.
A.2.	Equipe de Auditoria	Erro! Indicador não definido.
A.3.	Descrição do programa de Auditoria.....	Erro! Indicador não definido.
A.4.	Avaliação das ações corretivas apresentadas para as não conformidades registradas	Erro! Indicador não definido.
7.	ANEXOS	Erro! Indicador não definido.
7.1.	ANEXO I: Carta Convite de Reunião Pública e Questionário enviado às partes interessadas	Erro! Indicador não definido.
7.2.	ANEXO II: Pareceres de revisores técnicos	Erro! Indicador não definido.
7.3.	ANEXO III: Outros documentos pertinentes	Erro! Indicador não definido.



RESUMO

O Bureau Veritas Certification (BVC) é um organismo de certificação reconhecido pela CGCRE, que atua como organismo acreditador e é atualmente responsável por executar os procedimentos de auditorias anuais na empresa. Essas auditorias são feitas para avaliar as atividades relacionadas ao à gestão florestal de acordo com os Princípios e Critérios do CERFLOR, NBR 14.789:2012.

Geraldo Jose Van Leeuwen é o proprietário de 02 fazendas que compõem um grupo de 03 fazendas que produzem madeira de eucalipto. O escopo da Certificação compreende 764,43 ha, em 03 (três) Unidades de Manejo Florestal: Fazenda Santa Fé/Campos das Amoras; fazenda Quiçambá e fazenda Chapada.

As auditorias feitas pelos auditores do BVC durante os dias 11 a 13/06/2018 basearam-se na adaptação do Padrão Normativo *NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais* conhecido como *CERFLOR*, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A equipe de auditoria avaliou todos os requisitos do padrão e constatou que a empresa **Geraldo Jose Van Leeuwen** atende às exigências em suas unidades de gestão. o sistema de gestão está sendo implementado de forma adequada nas áreas cobertas pelo escopo do certificado.

Este relatório apresenta as observações dos auditores coletadas durante as avaliações de campo, bem como os resultados da consulta pública.



1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Histórico da organização

Identificação da Organização e das Unidades de Manejo Florestal objeto da Certificação

Os produtores Florestais integrantes do GPFC - 01 localiza-se na região Sul do Estado de Minas Gerais, totalizando 451,88 ha com plantio de Eucalipto. Estão distribuídas em 02 (dois) municípios: Espírito Santo Dourado e Ipuiúna, cuja base territorial perfaz 764,43 há.

O compromisso dos produtores em relação as boas práticas de manejo está baseado em premissas que consideram, entre outros fatores:

1. Estar adequado aos ditames dos órgãos ambientais, federais e regionais;
2. Observância aos critérios técnicos e ambientais adotados para os plantios de acordo com a assistência técnica prestada pela International Paper aos Produtores Florestais integrante do Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC - 01;
3. Não possuir nenhum gravame que comprometa a propriedade e a posse do imóvel rural;
4. Regularidade da situação fundiária das propriedades;

Atendimento aos Princípios, Critérios e Indicadores da norma CERFLOR1.2. Contatos na Organização para o processo de Certificação

Geraldo Jose Van Leeuwen,

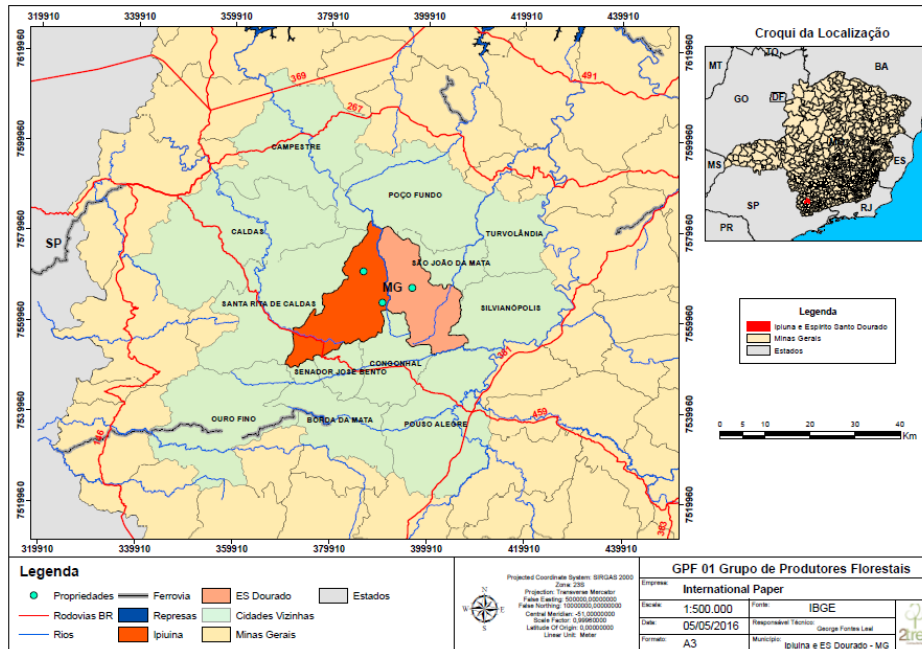
Sítio Granja Liberdade, SN, CEP: 13.825-000, Holambra – São Paulo.

Escritório Central (19) 3802-2424



**BUREAU
VERITAS**

1.3. Localização e Distribuição de Terras de Florestas Plantadas



1.4. Distribuição de Florestas Plantadas e Áreas Naturais

Área total auditada: 764,43ha nas quais:

- Áreas de Manejo Florestal próprias: 451,88 ha
- Áreas produtivas: 451,88 ha
 - Plantadas: 451,88 ha
 - Condução da Regeneração: 00 ha
- Áreas destinadas à conservação/preservação (não comerciais):
 - APP : 93,45 ha
 - Reserva Legal: 145,76ha
 - Produção de Produtos Florestais Não Madeireiros: 00 ha
 - Outros: 00 ha
- Áreas Naturais Protegidas:
 - 0,00ha



2. Manejo Florestal

Descrição das Áreas Manejadas e seus Processos

As áreas dos Produtores Florestais integrantes do GPFC - 01 localizam-se na região Sul do Estado de Minas Gerais, totalizando 451,88 ha com plantio de Eucalipto. Estão distribuídas em 02 (dois) municípios: Espírito Santo Dourado e Ipuiúna.

O uso e ocupação do solo dos imóveis pertencentes ao grupo de Certificação Florestal caracterizam-se como área de silvicultura e possui locais destinados à Áreas de Preservação Permanente, Reserva Legal, Pousio, Infraestrutura e outros. Cada uma das propriedades integrantes do GPFC - 01 possui mapa com detalhamento do uso e ocupação do solo (plantio, áreas protegidas, estradas, córregos, rios e outros usos).

Recursos Florestais

Os imóveis pertencentes ao grupo de produtores florestais contam com vegetação nativa em sua fase original, mata atlântica, campos rupestres e mata seca e contam com plantios comerciais de uma espécie arbórea de caráter exótico- Eucalipto (*urograndis*, e. *uroglobulus*).

Situação Fundiária

Os imóveis pertencentes ao grupo de produtores florestais passam por rigorosa análise documental, estruturada em fundiária, ambiental, trabalhista e legislações pertinentes ao processo. Sendo realizado monitoramento periódico a fim de garantir a não ocorrência de quaisquer ações judiciais possessórias, reivindicatórias ou discriminatórias promovidas pelo Estado ou particular

2.1 Características Regionais

Os municípios aos quais pertencem as unidades de manejo que fazem parte do grupo de produtores florestais ficam na mesorregião denominada Sul e Sudoeste de Minas, microrregião de Pouso Alegre. A economia local é baseada na produção agrícola, entretanto, a região vem se tornando importante polo nacional no desenvolvimento tecnológico e industrial.

2.1.1. Biomas e Ecossistemas presentes

Quanto à caracterização da vegetação na região de Ipuiúna, podem ser identificadas duas fitofisionomias

A Floresta Estacional Semidecidual Montana, que se caracteriza por apresentar sazonalidade distinta ao longo do ano – uma no verão, com chuvas intensas e outra no inverno, com seca fisiológica provocada pela temperatura média inferior a 15°C;

Os Campos, que são caracterizados por vegetação herbácea e ocorrem em afloramentos graníticos e gnáissicos, formando um relvado com fisionomia muito variável, entre compacta e contínua até rala e descontínua.



Segundo estudos efetuados na Bacia Hidrográfica a qual pertence o município de Ipuíuna, foram registradas 472 espécies de vertebrados, dentre elas: 53 espécies de anfíbios, 44 espécies de répteis, 293 espécies de aves e 82 espécies de mamíferos, distribuídas em 21 famílias. Alguns animais estão classificados devido a vulnerabilidade de extinção, como um anfíbio (*Phyllomedusa ayeaye*), considerado “criticamente em perigo” e duas espécies de aves (*Taoniscus nanus* e *Anthus nattereri*) foram classificadas como “vulnerável”.

2.1.2. Geologia

Sobre o ponto de vista geológico, envolve uma complexa associação de rochas cristalinas com idades de formação distintas e intensamente deformadas por eventos tectônicos. A complexidade das formações litológico-geológicas resulta em uma província extremamente rica em recursos minerais.

O relevo é constituído por três unidades geomorfológicas: Planalto Alto Rio Grande, Planalto de Poços de Caldas e Serras da Mantiqueira/Itatiaia e também fazem parte de três domínios morfoclimáticos: a faixa de transição entre os Chapadões Tropicais Interiores com Cerrados e Florestas-Galeria e o Domínio de Mares de Morros Florestados.

As altitudes situam-se entre 674 m nas áreas mais a oeste, chegando a 1.220 m na direção norte. Possui dois climas característicos predominantes, o clima Tropical e o clima Tropical de Altitude. Com temperaturas amenas com poucas variações e além de chuvas no verão e seca no inverno.

Podem-se identificar dois principais agrupamentos de solos, definidos pelo mapeamento: o primeiro caracteriza-se pelo pouco desenvolvimento, ou mesmo a ausência de solo residual, os Cambissolos e Neossolos. O segundo caracteriza-se por solos com horizonte residual, Nitossolos, Argissolos e Latossolos.

2.1.3 Clima

O clima é caracterizado pelo predomínio de temperaturas amenas durante todo o ano, com médias entre 18°C e 19°C. As precipitações médias anuais tendem a ser ligeiramente inferiores a 1.500 mm, podendo ocorrer 1 ou 2 meses sem chuva.

2.1.4. Recursos Hídricos Disponíveis

A Bacia Hidrográfica a qual pertence o município de Espírito Santo do Dourado é denominada Bacia Hidrográfica do rio Sapucaí. Sua área é de 8.882 km² e ocupa território de 48 municípios. O município de Ipuíuna pertence a Bacia Hidrográfica dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo com área aproximada de 5.983 km² distribuída por 25 municípios.

2.1.5. Identificação de Vestígios Arqueológicos e Paleontológicos

Foi aplicado um questionário de avaliação com a comunidade local e com os vizinhos dos imóveis pertencentes ao Grupo de Certificação para caracterização de aspectos ecológicos, não sendo



evidenciados vestígios arqueológicos e Paleontológicos, o resultado destes questionários foi submetido à consulta pública das partes interessadas.

2.1.6. Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário

Foi aplicado um questionário de avaliação com a comunidade local e com os vizinhos dos imóveis pertencentes ao Grupo de Certificação para caracterização de aspectos ecológicos, não sendo evidenciadas Unidades de Conservação e Locais de Interesse Comunitário, o resultado destes questionários foi submetido à consulta pública das partes interessadas.

2.1.7. Perfil e Condições Sócio-econômicas das Áreas adjacentes

Os municípios aos quais pertencem as unidades de manejo que fazem parte do grupo de produtores florestais ficam na mesorregião denominada Sul e Sudoeste de Minas, microrregião de Pouso Alegre. A economia local é baseada na produção agrícola, entretanto, a região vem se tornando importante polo nacional no desenvolvimento tecnológico e industrial.

2.2 Programas Sócio-ambientais e de Relacionamento

O objetivo principal do manejo florestal dos Produtores Florestais integrantes do grupo de certificação é a produção de madeira de Eucalipto para uso múltiplo, comprometendo-se com a produção de alta qualidade e baixo custo, de modo a garantir a viabilidade econômica da atividade, ao mesmo tempo em que zela pelos aspectos socioambientais de sua área de influência. Busca-se:

- Implantação das melhores práticas ambientais, sociais, de saúde e segurança no trabalho em suas atividades atuando em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Pacto Global, pelos acordos internacionais aos quais o Brasil é signatário (CITES, OIT, Convenção da Diversidade Biológica, ITTA, Convenção das Mudanças Climáticas) e pelos Sistemas de Certificação Florestal.

Buscando precaver-se de situações adversas e minimizar ou mitigar possíveis impactos gerados pelas atividades silviculturais, faz-se uma análise detalhada de cada uma das operações, seus aspectos e impactos. As informações são sintetizadas no documento referência: Matriz de Aspectos e Impactos Sociais da Atividade Florestal, onde são descritos os procedimentos operacionais e suas particularidades



3. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

3.1. Norma ou Padrão Normativo utilizado para avaliação

O processo de avaliação foi efetuado com base no Escopo de Certificação descrito acima, conforme o Padrão Normativo **NBR 14.789:2012 – Manejo Florestal Sustentável – Princípios, critérios e indicadores para plantações florestais** conhecido como **CERFLOR**, elaborado pela ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

A ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas – é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, reconhecida pelo Conmetro como Fórum Nacional de Normalização. A ABNT é o organismo responsável pelo processo de elaboração e revisão das normas do Programa Cerflor.

As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB) e dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e partes interessadas (universidades, laboratórios, organizações não governamentais e outros). Os Projetos de Norma Brasileira, elaborados no âmbito dos ABNT/CB e ABNT/NOS, circulam para Consulta Pública entre os associados da ABNT e demais interessados.

A Norma **NBR 14.789:2012** foi elaborada pela Comissão de Estudo Especial Temporária (CEET) de Manejo Florestal, formada por especialistas brasileiros representantes dos setores envolvidos. A revisão de 2012 da norma circulou em consulta nacional durante o ano de 2011 e 2012. Esta edição cancela e substitui a edição anterior de 2007.

O Padrão Normativo aqui utilizado faz parte do Sistema Brasileiro de Certificação, em que o CGCRE estabelece as regras para o processo de Certificação.

Em 19 de outubro de 2005 o CERFLOR passou a ser reconhecido pelo Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). O PEFC é um conselho sem fins lucrativos, que atua de forma independente, tendo sido fundado em 1999 com o objetivo de promover o manejo florestal sustentável em todo o mundo.

Atualmente conta com 25 sistemas de certificação florestal reconhecidos que passaram por avaliações técnicas. No Brasil o reconhecimento se deu por intermédio da CGCRE, que atua como organismo acreditador, estabelecendo regras específicas para o sistema de certificação do CERFLOR. Maiores informações podem ser obtidas pelo website www.pefc.org.



O CERFLOR contempla um conjunto de princípios, critérios e indicadores, incluindo requisitos ambientais e sociais, a serem atendidos pela organização auditada. No processo de avaliação todos os requisitos normativos são verificados nas unidades de manejo, objeto da certificação.

São ao todo 05 (cinco) Princípios, relacionados às atividades de manejo florestal, como indicado a seguir:

Princípio 1: Cumprimento da Legislação;

Princípio 2: Racionalidade no uso dos recursos florestais a curto, médio e longo prazos, em busca da sua sustentabilidade;

Princípio 3: Zelo pela diversidade biológica;

Princípio 4: Respeito às águas, ao solo e ao ar;

Princípio 5: Desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere a atividade florestal.

Os princípios estabelecidos nesta norma constituem a referência para o manejo florestal.

De acordo com o estabelecido no próprio padrão normativo NBR 14789:2012, destacamos que:

“Os princípios são desdobrados em critérios, que são a expressão dos requisitos que descrevem os estados ou dinâmicos de um ecossistema florestal e do sistema social a ele associado”.

“A verificação do cumprimento de cada critério é estabelecida mediante a avaliação do atendimento de um conjunto de indicadores específicos, que podem ser quantitativos ou qualitativos”.

“Dependendo da localização e da finalidade da unidade de manejo florestal, nem todos os indicadores serão aplicáveis. Contudo será sempre necessário avaliar todos aqueles pertinentes à situação local”.

3.2. Identificação do OCF – Organismo de Certificação

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC) está credenciado pela CGCRE para realização de certificações de manejo de florestas plantadas com base na norma NBR 14789:2012, podendo emitir certificados com a logomarca deste organismo credenciador.

O objetivo do BVC é realizar serviços de certificação com alta credibilidade, sendo este o motivo pelo qual optou em realizar tais certificações de acordo com os requisitos do Sistema Brasileiro de Certificação.

Dados para Contato

Escritório São Paulo:



BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr. Lucia Nunes: Certification Technical Manager

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4º andar.

CEP: 04726-170, SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: lucia,nunes@br.bureauveritas.com

3.3. Responsável pelo OCF

BUREAU VERITAS CERTIFICATION (BVC)

Sr José Cunha (Diretor de Certificação)

Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha 100, Torre C, 4º andar.

CEP: 04726-170, SÃO PAULO/SP

Fone: (0**11) 2655-9000

Fax: (0**11) 2655-9000

E-mail: jose.cunha@br.bureauveritas.com

3.4. Descrição do Processo de Auditoria

O processo de auditoria de certificação do CERFLOR compreende:

- Planejamento inicial da auditoria;
- Planejamento e realização das reuniões públicas;
- Definição da equipe de auditoria;
- Avaliação documental quanto ao atendimento do CERFLOR;



- Avaliações de campo quanto ao atendimento do CERFLOR;
- Emissão e publicação do relatório de auditoria;
- Planejamento de auditoria complementar e/ou de Follow-up (caso pertinente);
- Apreciação do processo de auditoria por parte da Comissão de Certificação;
- Emissão de relatório final após avaliação de ações corretivas (caso pertinente) e demais questões pertinentes.

Adicionalmente em uma auditoria de certificação deve ser realizada uma auditoria inicial (de 1ª fase), com o objetivo de avaliar o plano de manejo, a legalização das unidades de manejo e demais documentações requeridas pela NBR 14789.

3.4.1. Definição da Equipe de Auditoria

A seguinte equipe foi designada para a realização desta auditoria:

Nome	Função na Equipe	Formação Acadêmica
Maria Augusta Godoy	Auditor Líder	Eng Florestal, MSc. Forest Ecology and Management
Juliana Lima Gonçalves	Auditor	Eng Florestal

3.4.3. Planejamento e Realização da Auditoria

De acordo com o Escopo de Certificação pretendida, foram executadas as seguintes atividades: análise de documentação, verificações em campo, entrevistas com colaboradores da empresa, prestadores de serviços e partes interessadas.

Foi também avaliado o parecer da empresa sobre os questionamentos, recomendações e comentários das partes interessadas, enviados através de questionários específicos do CERFLOR e identificados nas Reuniões Públicas, referentes ao manejo florestal da empresa frente os critérios do CERFLOR.

Como todo o processo de Auditoria, as avaliações ocorreram conforme plano de auditoria estabelecido previamente, considerando o tamanho e complexidade das atividades da empresa e caráter amostral de um processo de auditoria.



Auditores/dias da semana		Maria Augusta Godoy	Juliana Lima
11/jun	manhã	viagem	viagem
11/jun	manhã	Reunião de Abertura Planejamento da semana - detalhes das operações Encerramentos de NCs anteriores	Princípio 1 - atendimento legal/Licenças/Pagamento de impostos/taxas
	tarde	Gestão de Certificação em Grupo Plano de Manejo/ /documentação terras / Conversão de áreas	Impactos Ambientais/pragas e doenças/ Cerflor - Princípio 3 e 4 - impactos e monitoramentos ambientais/químicos
12/jun	manhã	recuperação de áreas degradadas/ Entrevista com partes interessadas	Campo - prep solo/plantio, colheita, capina manual - outros
	tarde	Comunicação com partes interessadas, estudos de impacto social e programas. Pop indígena e tradicional	prep solo/plantio, colheita, capina manual- outros Entrevista com vizinhos
13/jun	manhã	Dados de inventário, colheita, custos operacionais	Documentação de saúde e segurança/treinamentos Monitoramento de fumaça preta/rec hídricos e edáficos
	tarde	Análise de pendências Reunião de Encerramento	Análise de pendências Reunião de Encerramento

3.5. Relatório Detalhado

Esta seção demonstra as evidências coletadas pela equipe de auditoria durante o processo de avaliação. A abordagem de auditoria se deu a partir dos processos da organização, de acordo com um plano de trabalho previamente elaborado. Em cada processo auditado foi dada ênfase aos princípios e critérios do CERFLOR pertinentes, conforme demonstrado abaixo.

3.5.1. Resultado da Avaliação dos Princípios e Critérios Cerflor – Manejo Florestal

3.5.1.1. Princípio 1

- As ações e atitudes tomadas pelo empreendimento asseguram o cumprimento das legislações Federal, Estadual e municipal, assim como os tratados, acordos e convenções aplicáveis ao manejo florestal.
- Foram auditados o setor jurídico, de cadastro, patrimônio e gestão, sendo evidenciadas a identificação e aplicabilidade da legislação, documentos e licenças, pendências legais e pagamento de tributos, dentre outros. Os critérios 1.1, 1.2 e 1.3 deste Princípio foram auditados.



3.5.1.2. Princípio 2

- A empresa demonstrou que maneja suas florestas de modo que esta atividade contribua para a conservação dos recursos naturais renováveis. Para o atendimento ao Princípio 2 foram verificados os procedimentos referentes a aspectos e impactos ambientais, plano de manejo, procedimentos documentados para as atividades de silvicultura e colheita, dentre outros, e o fluxo do produto florestal.
- Os critérios auditados foram: 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4.

3.5.1.3. Princípio 3

- A organização demonstrou manejar a plantação florestal de modo a minimizar os impactos negativos de suas atividades sobre a fauna e flora nativas. Foram coletadas evidências relacionadas à: melhoramento genético, proteção dos ecossistemas remanescentes durante as atividades, sítios arqueológicos, unidades de conservação, recuperação de áreas degradadas, conversão florestal, manejo de pragas e doenças, monitoramento de ecossistemas naturais, áreas de relevante interesse ecológico e controle de caça e pesca.
- No princípio 3 foram auditados os critérios 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6.

3.5.1.4. Princípio 4

- A empresa demonstrou que seu manejo florestal prevê e adota técnicas que consideram a conservação do solo, do ar e dos recursos hídricos. As evidências coletadas sobre o Princípio 4 foram relacionadas a caracterização e monitoramento de solos, recursos hídricos e dados climáticos; uso racional de agrotóxicos, óleos e combustíveis; gerenciamento de resíduos sólidos, líquidos e gasosos.
- Os critérios 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4 foram auditados.

3.5.1.5. Princípio 5

- A empresa demonstrou manter uma política de relacionamento com os trabalhadores florestais e comunidades locais visando o desenvolvimento ambiental, econômico e social das regiões em que se insere o manejo florestal. As evidências coletadas sobre o Princípio 5 foram relacionadas a programas de interesse comunitário para melhorar as condições de vida das comunidades locais e programas de divulgação e comunicação com as partes interessadas.

3.5.2. Relatório Detalhado – Evidências da Equipe de Auditoria

PRINCÍPIO 1 – Cumprimento da Legislação

Critério 1.1



A gestão tributário, trabalhista e fundiária do GPFC é realizada pela empresa 2Tree consultoria. O acompanhamento da legislação e seu atendimento é utilizado o sistema da International Paper, Lema Ambiental, que realiza toda a análise das legislações, federais e estaduais, e aplicabilidade da mesma e disponibiliza uma plataforma digital para gestão de legislação e atendimentos legais.

A 2Tree envia e-mails periódicos com a relações de documentos legais que necessitam de atualização, com tempo hábil, e monitorando com auditorias internas e periódicas.

Não foi constatada nenhuma não-conformidade com os requisitos legais ou regulatórios for identificada pela empresa ou por terceiros.

Evidenciado:

- PO.01 – Controle de Documentos e Registro v.02
- PO.14 – Controle Contenciosos e administrativos e judiciaria v.01.
- Cadastro Técnico Federal – Certificado de Regularidade – IBAMA nº 368275 – Geraldo José Van Leeuwen – Validade 24/08/2018
- Cadastro Técnico Federal – Certificado de Regularidade – IBAMA nº 6589722 – Wilma Franco – Validade 04/09/2018
- Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leeuwen – 08/06/2018
- PO.06 – Gestão de Conflitos para Produtores Florestais v.02
- Planilha de Cettidões – IP 2018 – GPFC
- Declaração de Corte e Comercio (DCC) nº 100400000033/2017 – autorizado 34.164 m³ - Fazenda Chapada. Emitida em 09/02/2017
- Declaração de Corte e Comercio (DCC) nº 100400000034/2017 – autorizado 124.374 m³ - Fazenda Santa Fé. Emitida em 09/02/2017
- E-mail - Lista de Documento necessários ao processo de certificação – GPFC
- Ata de Reunião – Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC-01, data de realização: 05/05/2016, local: Horto Florestal da empresa International Paper, em Mogi Guaçu, e relativa à Formação do Grupo de Produtores Florestais Certificados – GPFC-01.
- Ficha de Adesão ao Grupo de Certificação de Pequenos Produtores Florestais Certificados – GPFC-01

PRINCÍPIO 1 – Critério 1.2

Evidenciado no documento PO-019: Plano de Manejo Florestal Integrado – 2018.

Evidenciado que a negociação na busca pela resolução de conflitos ou disputas deve ser priorizada e sempre que possível, uma solução conciliadora entre as partes, antes que o produtor florestal opte pela solução contenciosa administrativa ou judicial.

É priorizada a ação policial cabível, sempre que a prática ou ameaça de crime ocorrer em áreas do produtor florestal integrado, assim como venham a ser provocados danos ao patrimônio deste. Na solicitação da ação policial, o produtor florestal membro do grupo deverá enfatizar às autoridades



que o emprego do confronto armado só deverá ser utilizado em último caso, esgotadas as possibilidades de solução pacífica.

Não será permitido o uso de vigilância armada ou armas para garantia de segurança do patrimônio, bem como o emprego de violência na solução de conflitos com vizinhos ou membros de comunidades do entorno.

No caso de defesa pessoal contra possíveis ataques à integridade física do produtor florestal, seus empregados ou de familiares, o produtor florestal ou seu empregado deverão agir conforme a legislação vigente, enfatizando-se a legítima defesa própria ou de terceiros.

Verificados:

Certidões de registro das fazendas:

- Quiçambá, em Espírito Santo do Dourado, MG; matrícula 12031, Cartório de registro de imóveis de Silvianópolis (Geraldo Van Leeuwen).
- Fazenda Santa Fé, em Ipiúna, MG; matrículas 1026, 1258, 3428, 3492, 5069, 53338, 6043, 6093, 6555 e 4762 Cartório de registro de imóveis de Santa Rita de Caldas (Geraldo Van Leeuwen).
- Procedimento PO-006, Versão 01: Gestão de Conflitos para Produtores Florestais.

PRINCÍPIO 1 – Critério 1.3

Não verificado pendências relacionada ao pagamento de taxas e encargos.

Os responsáveis pelo manejo florestal e os trabalhadores têm conhecimento e adotam na prática medidas de prevenção de acidente no ambiente de trabalho. Periodicamente são realizados treinamentos sobre o tema.

São disponibilizados os telefones de atendimento de emergência e Kits de Primeiro socorros. Treinamentos em Primeiro Socorros e atendimento a emergência são realizados periodicamente. Não houve acidentes no período.

Evidenciado:

- Certidão negativa de Ações Trabalhistas nº 151655325/2018 – Geraldo José Van Leeuwen – validade: 07/12/2018
- Certificado de Regularidade de FGTS nº 2018061104440427717520 validade: 10/07/2018.
- Certidão Negativa de Debitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União de Imóvel Rural nºC12D.5F9A.67CC.F43B - Geraldo José van Leeuwen – validade: 24/07/2018
- Certidão Negativa de Debitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União de Imóvel Rural nº0599.C6DB.B643.0465 - Geraldo José van Leeuwen – validade: 08/12/2018



- Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Debitos Relativos aos Tributos Federais e Divida Ativa da União de Imovel Rural nº 90FF.095D.6474.F4D7- Wilma Franco – validade: 24/07/2018
- Certidão de Debitos Tributários – Negativa – nº 2018000272708082 – Wilma Franco - Validade 10/09/2018.
- Planilha de Registro de Ocorrencias GPFC – Aba Acidentes
- Lista de Presença DDS (Dialogo Diario de Segurança)
- Ficha de Entrega de EPI's – Função Encarregado
- ASO – Encarregado – GPFC
- PPRA GPFC – 2017/2018
- PCMSO GPFC – 2017/2018
- Lista de Presença – Primeiros Socorros
- Folder de divulgação dos telefones de emergência

Gestão de Saúde e Segurança

Verificado as estatísticas de acidentes de trabalho. Verificado a ausência de registros de acidentes com e sem afastamento e primeiro socorros nas frentes auditadas de Derrubada, Arraste, Traçamento e comboio móvel.

Durante a auditoria, não haviam atividades operacionais em andamento.

Princípio 2 – Racionalidade de Uso do Recursos Florestais a curto, médio e longo prazo, em busca da dua sustentabilidade.

Critério 2.1

Evidenciado respectivas Planilhas de Aspectos Ambientais e Impactos Associados, contemplando respectivas informações relativas à: Atividade, Tarefa, Impacto.

As operações florestais causadoras de impactos ambientais negativos possuem orientações para prevenir, minimizar ou mitigar os impactos sobre o solo e recursos hídricos nos micrplanejamentos.

Os Procedimentos Operacionais, contemplam as diretrizes e critérios operacionais relativos à mitigação dos aspectos e impactos ambientais adversos.

São realizados auditorias de manutenção para certificações, pelo 2Tree, em duas épocas do ano, onde é visto a questão da conservação e possível impactos das atividades na proteção das espécies e seus habitats

Evidenciado:



- Microplanejamento – Região I – Horto 691 – Santa Fé
- Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leewven – 08/06/2018
- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02

Princípio 2, critério 2.2

Verificado no documento PO 019: Plano de Manejo integrado do grupo de produtores Florestais GPFC 01:

- Item 1.: Localização geográfica, item 3.2: base florestal, item 3.4.5: Execução e manutenção de estradas, item 3.4: Planejamento de produção e abastecimento de madeira, taxa de colheita, item 3.2.1: uso e ocupação do solo, item 3.4.4: Inventário florestal.
- ART do responsável pelo plano: Engenheiro Florestal Vinícius da Silva Oliveira
- O documento revisado anualmente conforme descrito no plano
- Resultados de monitoramento no item 8.
- As informações disponíveis sobre o plano de manejo são apresentadas no resumo público que estará disponível para as partes interessadas.

Os funcionários são treinados de acordo com suas responsabilidades.

Evidenciado:

- Cronograma de Treinamentos GPFC – 2018
- Lista de Presença – Primeiros Socorros
- Lista de Presença – Treinamento de Agrotóxico referente a NR31 e FISPQ – 17/08/2016
- Lista de Presença – manuseio correto de Agrotóxico – realizado em 7 e 8 de Abril de 2016

Princípio 2 – Critério 2.3

Evidenciado que os respectivos documentos POs: Procedimentos Operacionais foram elaborados contemplando os resultados de experiências, testes, pesquisas e estudos científicos, e adaptados às particularidades das áreas de manejo florestal.

Evidenciado a disponibilidade de procedimentos documentados relativos ao desenvolvimento das atividades de manejo florestal, conforme exemplos de evidências: PO-009: Colheita e Transporte Florestal, elaborado com o objetivo de fixar as condições necessárias para a execução de Colheita



e Transporte Florestal, cuidados a serem seguidos quando localizadas em área remanescentes naturais.

Os funcionários são treinados de acordo com suas responsabilidades.

Evidenciado:

- 1) Cronograma de Treinamentos GPFC – 2018
- 2) Lista de Presença – Primeiros Socorros
- 3) Lista de Presença – Treinamento de Agrotóxico referente a NR31 e FISPQ – 17/08/2016
- 4) Lista de Presença – manuseio correto de Agrotóxico – realizado em 7 e 8 de Abril de 2016

Princípio 2 – Critério 2.4

Evidenciado o documento PO-010: Cadeia de Custódia, elaborado com o objetivo principal de definir o procedimento de cadeia de custódia para os produtores florestais integrantes do GPFC – Grupo de Produtores Florestais.

Princípio 3 – Zelo pela Diversidade Biológica

Critério 3.1

Evidenciado que a seleção de materiais genéticos para a implantação de florestas, sejam próprias ou em áreas de fomentados é realizada de forma controlada e segundo normas de biossegurança. Todas as recomendações de materiais genéticos são estabelecidas pelo Departamento de Melhoramento Genético da International Paper, em conjunto com os Departamentos de Viveiro Florestal e Fomento Florestal, sendo os mesmos selecionados em função das características apropriadas às situações de déficit hídrico e capacidade de brotação após o processo de corte raso.

As mudas de eucaliptos plantadas na FMU são procedentes do viveiro da International Paper, e o seu melhoramento genético visa atender a produção de celulose e são adequadas a região.

Evidenciado o documento FL-FLO_GENET-PO-0300-01: Recomendação de Material Genético para Áreas de Fomento, elaborado com o objetivo de recomendar os materiais genéticos a serem utilizados no Programa de Plantio das áreas de fomento.

Evidenciado que os materiais genéticos recomendados são clones superiores ou fontes de sementes melhorados.

Evidenciado o documento FL-FLO_GENET-PO-0302-04: Recomendação de Material Genético, elaborado com o objetivo de recomendar os materiais genéticos a serem utilizados no programa de plantio comercial, em áreas próprias, parcerias e fomentos, com base na produtividade,



adaptabilidade, características silviculturais e qualidade da madeira. Os materiais genéticos recomendados são clones superiores de *Eucalyptus*.

Princípio 3, Critério 3.2

É utilizado dados secundários, como base de dados públicos de órgãos ambientais, e relatórios de monitoramento das áreas da International Paper, para identificação da presença provável de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção. O avistamento de Fauna é realizado rotinamente pelos proprietários e outros dentro da Unidade de manejo, ficando esse registro como direcionador para adoção de medidas de controle adicionais.

Não é permitido caça nas áreas da empresa e sua proibição é orientada em diálogo com a comunidade (vizinho), além de placas orientativas nas fazendas.

Verificado nos mapas de uso do solo apresentados que áreas de proteção ambiental, conservação e HCV são identificadas.

Na Fazenda Santa Fé e Chapada da Vilma não foram verificados impactos sobre as funções ecológicas e os valores dos remanescentes naturais. As áreas de conservação estavam em excelente estado de conservação, com presença de mosaicos bem definidos.

Evidenciado:

- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – 3.10.1 – Avistamento de Fauna.
- Mapa de Uso do Solo - Fazenda Santa Fé – 20% de RL e 14% de APP
- Mapa de Uso do Solo - Fazenda Chapada – 16.15% de RL e 8.94% de APP (verificado na matrícula Averbação de RL para composição dos 20%)
- Mapa de Uso do Solo - Fazenda Quiçamba – 20.15% de RL e 3,29% de APP.
- Relatório de Pré (11/10/2017) e Pós (14/03/2018) – Colheita – Fazenda Santa Fé
- Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leewven – 08/06/2018.
- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – item 3.4 Plano de Recuperação Ambiental

Evidenciado por ocasião das inspeções realizadas na Fazenda Santa Fé, Município de Ipuiúna – Minas Gerais, que o produtor florestal adquiriu a propriedade no ano de 2008, não sendo realizada após esta data, qualquer atividade relativa à conversão de florestas em plantações ou usos não-florestais dentro da UMF.

Nas áreas visitadas, não foi identificada a conversão de florestas de alto valor de conservação, em estágios de sucessão como primárias e secundárias avançadas e secundárias médias, tendo em vista o uso alternativo do solo.



Laudo técnico analítico de não conversão de áreas nativas de 09/05/2016: Este informa que houve a conversão anterior a 2007 de 11,5ha (3,61%) na fazenda Amoras, 0,82ha (4,04%) na fazenda Quiçambá e 3,10ha (2,73%) na fazenda Chapada.

Todas as propriedades foram adquiridas a partir de 2008 conforme certidões de registro apresentadas. Conforme fotos de 2007 apresentadas a partir do programa Google Earth não se evidenciaram outras conversões após esta data.

Princípio 3 – Critério 3.3

Evidenciado junto aos respectivos gestores, que a detecção de pragas e doenças é realizada através de visitas técnicas efetuadas pelo Especialista de Fomento da International Paper, ou através de comunicação do proprietário / produtor florestal aos Especialistas de Fomento, para a devida visita ao campo para comprovação da ocorrência de pragas e doenças.

Os produtores florestais integrantes do GPFC - 01 só utilizam, nas áreas manejo florestal, defensivos químicos seletivos homologados pelos órgãos competentes.

Evidenciado junto ao Pesquisador Florestal Sênior, a inexistência de ocorrências de pragas e doenças nos últimos três anos nas Fazendas Chapada, Quiçamba e Fazenda Santa Fé.

Evidenciado o documento PO-13: Monitoramento e Controle. Evidenciado no item 3.3 Monitoramento de Formiga nas Áreas de Plantio de Eucalipto do Produtor Florestal, que durante a ronda nas áreas de plantio de eucalipto, quando detectada a ocorrência de formigueiros ativos ou danos ao plantio em função da ação de formigas, o produtor florestal, funcionário da propriedade ou ainda o Assistente Florestal da International Paper que realiza este tipo de monitoramento, deverá informar à International Paper. A empresa definirá, após avaliação, a necessidade de realizar o controle por meio de aplicação de isca formicida executada por empresa especializada ou pessoa habilitada.

O indicativo de dano deverá ser relativo ao percentual da área afetada: baixo ou severo, considerando o número de ocorrências.

A forma de combate, sistemático ou localizado, e as dosagens utilizadas serão realizadas conforme recomendação de profissional habilitado ou da fomentadora,

Evidenciado o documento FL-FLO_RET-PO-0306-00: Manejo Integrado de Pragas e Doenças no Campo, elaborado com o objetivo de definir as condições necessárias e os métodos à serem utilizados no monitoramento e/ou controle pragas e doenças no campo.



O melhoramento genético e o clima da região contribuem para a resistência as pragas e doenças.

O uso de EPI's segue recomendação técnica do produto, bula e FISPQ.

É realizado treinamentos sobre gestão de resíduos sólidos anualmente.

Evidenciado:

- Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leeuwen – 08/06/2018. Durante as auditorias internas realizada pela 2Tree consultoria, é verificado o registro de ocorrências não autorizadas no FMU.
 - PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – item 3.8 Vigilância da Propriedade.
 - Planilha de Registro de Ocorrências GPFC – Registro nº05 - Incendio
 - B.O nº M2365-2017-0001835 – Incendio em Florestas/matias e Vegetações – em 23/09/2017. Ocorrência: 50 ha de áreas queimadas, incluindo madeira em pilhas e RL e APP.Foi verificado aceiros e cercas protegendo as áreas de manejo e áreas de risco de fogo, erosão, invasão de animais e outros nas fazendas Santa Fé e Chapada
 - Lista de Presença – Treinamento de Agrotóxico referente a NR31 e FISPQ – 17/08/2016
 - Lista de Presença – manuseio correto de Agrotóxico – realizado em 7 e 8 de Abril de 2016.
 - PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – Item 3.9 – Gestão de resíduos.
 - Protocolo de Devolução de Embalagens Vazias de Agrotóxico para Central de Recebimento em Pouso Alegre – Minas Gerais, em 22/12/2017
- Verificado que não houve registros, assim como, não constatados em campo, invasões de animais com impactos em área protegidas e nas florestas.

Princípio 3 – Critério 3.4

Os monitoramentos das áreas em regeneração é realizado pela 2Tree e os dados consolidados e recomendados são enviados no relatório de manutenção de certificação.

É utilizado dados secundários, como base de dados públicos de órgãos ambientais, e relatórios de monitoramento das áreas da International Paper, para identificação da presença provável de espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção. O avistamento de Fauna é realizado rotinamente pelos proprietários e outros dentro da Unidade de manejo, ficando esse registro como direcionador para adoção de medidas de controle adicionais.

Evidenciado:

- Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leeuwen – 08/06/2018.
- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02



Princípio 3 – Critério 3.5

Evidenciado a conectividade dos fragmentos naturais favorecendo a formação de corredores ecológicos.

Evidenciado durante as atividades de inspeção em terreno que o mosaico florestal favorece a formação de corredores ecológicos, situação igualmente comprovada nos mapas de cada unidade de manejo florestal e na alocação de áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente.

São realizados auditorias de manutenção para certificações, pelo 2Tree, em duas épocas do ano, onde é visto a questão da conservação e possível impactos das atividades na proteção das espécies e seus habitats

Evidenciado:

Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leewven – 08/06/2018

PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – Item 3.10 Monitoramento de Fauna e Flora e 3.11 – Monitoramento Hidrico e 3.12 – Conservação de Solo e Vegetação nativa.

O Grupo utiliza-se de especies de eucaliptos melhoradas para a região e objetivos do manejo. Apesar de exótica, o eucalipto não tem comportamento invasor, mesmo assim é monitorado.

Evidenciado:

PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – item 3.14 Monitoramento e Controle de Especies vegetais exóticas.

Princípio 3 – Critério 3.6

Não é permitido caça nas areas da empresa e sua proibição é orientada em dialogo com a comunidade (vizinho), além de placas orientativas nas fazendas.

Evidenciado:

Relatório de manutenção de Certificação – Geraldo José Van Leeuwen – 08/06/2018. Durante as auditorias internas realizada pela 2Tree consultoria, é verificado o registro de ocorrências não autorizadas no FMU.

PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – item 3.8 Vigilancia da Propriedade.

Planilha de Registro de Ocorrencias GPFC – Registro nº05 - Incendio

B.O nº M2365-2017-0001835 – Incendio em Florestas/matias e Vegetações – em 23/09/2017. Ocorrência: 50 ha de areas queimadas, incluindo madeira em pilhas e RL e APP.

Principio 4 – Respeitos as Aguas, ao Solo e ao Ar



Critério 4.1

Evidenciado por ocasião das inspeções de campo realizadas na Fazenda Santa Fé, que os plantios florestais e as obras de infraestrutura foram estabelecidas em áreas já antropizadas ou em áreas suscetíveis de supressão previstas pela legislação.

Evidenciado que o planejamento das plantações é efetuado tendo em vista promover a conectividade entre os remanescentes de vegetação nativa, conforme identificado nos respectivos Mapa Análise de Uso e Ocupação do Solo.

Evidenciado:

- Microplanejamento – Região I – Horto 691 – Santa Fé
- Mapa de Uso do Solo - Fazenda Santa Fé
- Mapa de Uso do Solo - Fazenda Chapada
- Mapa de Uso do Solo - Fazenda Quiçamba

Critério 4.2

O monitoramento hídrico das propriedades é realizado pelo GPFC-01 de acordo com a realização de atividades que possam causar impactos significativos, no caso atividades de colheita e transporte de madeira.

Definiu-se como área representativa do grupo a Faz. Santa Fé, sendo adotada a metodologia de monitoramento hídrico, realizando-se amostragens e verificações antes e após a realização das operações acima definidas.

O escopo de monitoramentos contemplarão avaliações de Ph, DBO, Turbidez e Temperatura da água. Desta forma é possível determinar se as atividades causam impactos significativos aos recursos hídricos e, em caso de necessidade, orientar ações de mitigação de efeitos negativos.

A conservação do solo vem a ser o conjunto de práticas aplicadas para promover o uso sustentável do solo para uma atividade produtiva. Quando o solo não recebe tratamento adequado ele pode perder suas propriedades naturais e se tornar infértil. Para sua conservação, algumas medidas podem ser tomadas para o manejo da floresta produtiva.

Foi verificados estruturas de saída de água, caixas de contenção e camalhões nos hortos visitados.

Os aceiros são mantidos ao longo do ano e as manutenções são feitas nas épocas do ano com maior perigo de incêndios.

Evidenciado que os Procedimentos Operacionais, contemplam as diretrizes e critérios operacionais relativos à mitigação dos aspectos e impactos ambientais adversos.

Evidenciado:

- Relatório Técnico de Análise de Água da Fazenda Santa Fé.



Critério 4.3

O uso de EPI's segue recomendação técnica do produto, bula e FISPQ.

É realizado treinamentos sobre gestão de resíduos sólidos anualmente.

Ficou evidenciado o uso mínimo de defensivos pelos produtores.

Evidenciado:

- Planilha Monitoramento IP 2018 – Uso de Químicos
- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – Item 3.9 – Gestão de resíduos.
- Protocolo de Devolução de Embalagens Vazias de Agrotóxico para Central de Recebimento em Pouso Alegre – Minas Gerais, em 22/12/2017.
- Lista de Presença – Treinamento de Agrotóxico referente a NR31 e FISPQ – 17/08/2016
- Lista de Presença – manuseio correto de Agrotóxico – realizado em 7 e 8 de Abril de 2016
- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – Item 3.9 – Gestão de resíduos.
- Protocolo de Devolução de Embalagens Vazias de Agrotóxico para Central de Recebimento em Pouso Alegre – Minas Gerais, em 22/12/2017
- Lista de Presença – Treinamento de Agrotóxico referente a NR31 e FISPQ – 17/08/2016
- Lista de Presença – manuseio correto de Agrotóxico – realizado em 7 e 8 de Abril de 2016.

Critério 4.4

É realizado treinamentos sobre gestão de resíduos sólidos anualmente.

O produtor florestal que possuir equipamento florestal (móvel ou estacionário) movido a diesel deverá realizar semestralmente a medição do grau de enegrecimento da fumaça preta utilizando a Escala Reduzida de Ringelmann.

Evidenciado:

- PO.13 – Monitoramento e Controle v.02 – Item 3.9 – Gestão de resíduos.
- Controle de Emissão de Fumaça Preta – Santa Fé - Trator Valta – 10/10/2017
- Controle de Emissão de Fumaça Preta – Santa Fé - Trator Valta – Março/2018

Princípio 5 – Desenvolvimento Ambiental, Econômico e Social das regiões em que se insere a atividade florestal

Critério 5.1

Evidenciado respectiva Planilha “Identificação de Aspectos e Avaliação de Impactos Sociais”, revisão 01, data: 2018, e contemplando os processos conforme seguem: Colheita Florestal (Derrubada, Arraste e Processamento), Manejo Florestal, Silvicultura, Logística, Carregamento e Transporte.



Relatório de Manutenção realizado duas vezes ao ano – com todos os aspectos da norma – 08/06/2018 – Geraldo Van Leeuwen e Wilma.

Foram realizadas consultas à vizinhos – diretamente afetados – última consulta em março 2018, além de prefeituras.

Evidenciadas ações sociais com a comunidade de Muro de Pedra, onde foram realizadas:

- 1-Diálogo com a comunidade Muro de Pedra sobre demandas de saúde;
- 2-Realização de ações de saúde preventiva – orientação profissional, aferição de glicemia e pressão arterial.

Critério 5.2

Planilha de monitoramentos_GPFC: identifica os impactos e reclamações e define tratativas e prazo para os mesmos.

Mecanismos adequados: conversas periódicas com comunidade evidenciada através de entrevistas com moradores locais e prefeitura.

Número de telefone para reclamações/sugestões disponibilizada no bairro Muro de Pedra.

Verificados registros de entrega de Plano de Manejo e informações sobre a certificação, bem como consulta à população em out/2017 e março de 2018.

Evidenciado o documento PO-006: Gestão de Conflitos para Produtores Florestais, revisão 2, elaborado com o objetivo de estabelecer critérios para a sistemática de solução conciliadora ou contenciosa administrativa ou judicial de conflitos, disputas e compensações que envolvam direitos de uso, posse e domínio de terras entre os produtores florestais e proprietários, vizinhos ou não, de imóveis, comunidade local, instituições, permitindo a manutenção da política de boa vizinhança e respeito às comunidades onde se encontra inserido.

Evidenciado respectiva Planilha Relatório Geral de Contatos, contemplando respectivas informações relativas à: Contato, Data do Contato, Assunto, Status da Resposta, Data de Retorno.

Evidenciado junto ao Representante da Área, até o período de realização da presente auditoria, o registro de 3 reclamações de partes interessadas – recebidas através dos monitoramentos realizados nas fazendas junto às partes interessadas. Registro de 3 reclamações de partes interessadas as quais foram atendidas no prazo de 30 dias, conforme verificado em planilha e por entrevista com moradores e funcionários da prefeitura municipal.

Quadro de entrevistas com partes interessadas:

Parte interessada	data	Comentário/reclamação	Tema	Resposta do portador do Certificado	Resposta do Bureau Veritas Certification
Prefeito de Ipuiúna	12/6/18	O transporte de	Social	Após a conclusão das	A equipe de



**BUREAU
VERITAS**

Parte interessada	data	Comentário/reclamação	Tema	Resposta do portador do Certificado	Resposta do Bureau Veritas Certification
Secretário de Saúde de Ipuíuna	12/6/18	madeira da colheita causou alguns danos nas estradas. A	Social	atividades de colheita e transporte nas fazendas da CHAPADA DA WILMA e SANTA FÉ, respectivamente, a empresa contratou um provedor especializado para realizar obras de restauração em todos os pontos com problemas na entrada do município de Ipuíuna-MG, com a reforma realizada em março / 2018.	auditoria verificou as estradas usadas pelos caminhões de madeira e nenhum desvio ou dano significativo foi observado.
Funcionário da Prefeitura de Ipuíuna	12/6/18	empresa responsável pelo transporte realizou algumas melhorias na estrada. O grupo contribuiu para o programa de saúde do município através da impressão de panfletos para a comunidade.	Social		
Moradora da Comunidade	12/6/18	Nenhuma reclamação sobre o grupo. Durante a colheita, a poeira dos caminhões era controlada pela rega das estradas duas vezes por dia. A água potável é retirada pela fonte local da Fazenda Santa Fé.	Social	NA	NA
Morador da Comunidade	12/6/18	Nenhuma queixa evidenciada. Os moradores da comunidade realizam trabalhos nas fazendas. Existe uma boa relação entre eles. A água potável é retirada pela fonte local da Fazenda Santa Fé.	Social	NA	NA
Morador da Comunidade	12/6/18		Social	NA	NA
Morador da Comunidade	12/6/18		Social/ambiental	NA	NA
Morador da Comunidade	12/6/18	Em conversa com o Sr. André, ele demonstrou que tem um bom relacionamento com o Sr. Geraldo Van Leeuwen e que as atividades de colheita realizadas recentemente na Fazenda Santa Fé não causaram nenhum dano ou impacto ao Sr. André e seus		NA	NA



**BUREAU
VERITAS**

Parte interessada	data	Comentário/reclamação	Tema	Resposta do portador do Certificado	Resposta do Bureau Veritas Certification
		colaboradores. Ele também comentou sobre o interesse de, como seu vizinho, certificar suas florestas, porque percebeu o quanto isso contribuiu para a conservação das florestas nativas da região.			

*Nomes dos entrevistados foram retirados por questões de confidencialidade. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Bureau Veritas Certification.

3.5.3. Lista de pessoal auditado durante toda a auditoria:

Categoria	Nome	Posição
Proprietários		
	José Geraldo Van Leeuwen	Proprietário/gerente
Gerentes		
	Vinicius da Silva Oliveira	Gerente
	André Sanches	Gerente
Empregados		
	José Carlos Moreira	Trabalhador Florestal
Subcontratados		
	Renan Carvalho da Silva	Técnico de segurança
	Elaine Cristina Nascimento	Analista
	Jaime Aparecido da Silva	Especialista em desenvolvimento
	Paulo Vomero	Pesquisador Florestal
	Gabriela Gonçalves Moreira	Pesquisador Florestal



	Márcio Ribeiro	Analista
	Márcio Oliveira	Técnico de segurança

3.6. Não Conformidades Registradas

Durante a auditoria foram registradas não foram registradas não conformidades:

NC N°	Processo	Critério	Tipo de Não Conformidade	Prazo para execução das ações corretivas	Auditor
Descrição da Não Conformidade					
Análise de Causa					
Ação Corretiva					
Status	Aberta	Data:	Eficácia?: Sim/Não		

3.7. Oportunidades de Melhoria e Observações Registradas

Durante a auditoria foi registrada uma Observação (OBS) que deverá ser analisada criticamente pela empresa quanto à tomada de ações pertinentes. Esta OBSs deve ser analisada com foco em melhoria contínua dos processos realizados pela empresa no âmbito do CERFLOR.

n°	Observações/Oportunidades de Melhoria	Comentários
1_2018	Embora o grupo gerencie as não conformidades internas no relatório de monitoramento, recomenda-se adicionar estas não conformidades na planilha de dados do Excel.	Planilha de monitoramento com desvios internos do grupo não é avaliada com outras NCs internas e externas.
2_2018	Embora não tenham sido identificados desvios, recomenda-se reduzir o ciclo da floresta para 7 anos, a fim de obter melhor produtividade e sustentabilidade econômica da floresta.	O ciclo florestal ideal seria de 7 anos. Atualmente a floresta tem 11 anos de idade, com seu potencial de crescimento ideal reduzido.
3_2018	Verificada na Fazenda Chapada que o plantio de eucalipto do ciclo anterior está em área de APP e o	É necessário solicitar autorização legal para remover o eucalipto da área de



	mesmo ainda não foi colhido. Até o momento, não foi solicitada autorização de retirada para posterior recuperação do local. Recomenda-se que a regularização seja feita o mais rápido possível para não comprometer a APP.	preservação. Está programado para realizá-lo até o final da colheita de eucalipto, no entanto, o proprietário ainda não apresentou a licença.
--	--	---

É importante deixar claro que as reuniões públicas não contaram com a participação ativa de funcionários da empresa auditada. As reuniões públicas são conduzidas pela equipe de auditoria do BVC e buscam evidenciar, sob o ponto de vista das partes interessadas, os aspectos positivos e negativos do manejo florestal da empresa frente ao CERFLOR.

As Reuniões Públicas foram divididas em duas partes sendo na primeira apresentados os Princípios, Critérios e Indicadores da norma NBR 14789 e o processo de certificação CERFLOR, segundo as regras estabelecidas pela CGCRE. A segunda parte das reuniões teve como objetivo o levantamento de críticas, comentários, preocupações, sugestões, etc, referentes aos princípios abrangidos pelo CERFLOR.



5. CONCLUSÃO

O BUREAU VERITAS CERTIFICATION, seguindo os procedimentos de auditoria do CERFLOR, é favorável manutenção da certificação da empresa: GERALDO JOSE VAN LEEUWEN, de acordo com o padrão normativo NBR 14789:2012

A continuidade do processo de auditoria consiste na disponibilização deste Relatório de Auditoria para apreciação pública por 30 (trinta) dias.